

**Notas Explicativas
Bacen (BRGAAP)**





KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Conselho de Administração e aos Acionistas do

Paraná Banco S.A

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações trimestrais, individuais e consolidadas, do Paraná Banco S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses e as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações trimestrais individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria



conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações trimestrais individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos – Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

As informações trimestrais individuais e consolidadas, relativas às demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações trimestrais individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado individual e consolidada não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações trimestrais individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco”) é uma companhia aberta de direito privado constituída e com sede no Brasil, domiciliada na Rua Comendador Araújo, 614, Centro, Curitiba, Paraná. No ano de 2019, completou 40 anos, possui como foco o crédito consignado e mais atualmente pela solução digital criada para esse produto, como também por investimentos de renda fixa e produtos de seguros com seu principal produto, o seguro garantia, através da Junto Seguros, sua empresa controlada em conjunto com a Travelers Brazil Acquisitions LLC.

Desde 2017, o Banco passou a atuar com foco direcionado ao crédito consignado, especialmente a aposentados e pensionistas do INSS e intensificou a estratégia de produção através de seus canais prioritários, representados por nossa plataforma digital, 30 lojas próprias e 142 correspondentes exclusivos.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

Impactos da pandemia nas informações trimestrais – ITR do Banco

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

O setor bancário foi diretamente afetado com medidas editadas pelo Governo Federal para proteção dos clientes, dentre elas algumas mudanças nas regras de concessão de empréstimos consignados, nosso principal produto, em especial a extensão do prazo para quitação de consignados, que passou de 72 parcelas para 84 parcelas.

Neste momento não é possível assegurar a extensão dos impactos do COVID-19, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), temos adotado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a buscar novas linhas de captação de recursos para reforçar nosso capital de giro e aumentar as vendas através do nossas plataformas online. Dentre as novas linhas de captação destacamos a concessão de empréstimos pelo Banco Central, por meio

da Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) autorizadas pela Resolução do CMN 4.795/20, que resultou na emissão de LFG (Letras Financeiras Garantidas) no montante de R\$ 1.010.648 mil em 30 de setembro de 2020. Estes títulos são garantidos por empréstimos consignados do banco e são custodiados pela B3. Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenhamos no momento motivos para acreditar que não seremos capazes de continuar operando nossos negócios, a administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no nosso resultado.

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da companhia de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto para todos os colaboradores (home office) ainda em março de 2020, suspensão de viagens e estabelecer todos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

Promovemos adequações necessárias dos sistemas de TI, realizamos investimentos em comunicação de dados, expandindo links de Internet em nossos datacenters e assim permitindo que todos os colaboradores da empresa pudessem utilizar os recursos do Paraná Banco em regime de Home Office. Também adequamos o processo de atendimento dos clientes das lojas físicas, permitindo que nossos colaboradores mantivessem contato utilizando ramais remotos.

2 Base da apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais do Banco abrangem as informações contábeis do Banco e dos fundos de investimento nos quais o Banco é o principal beneficiário ou detentor das principais obrigações, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, no item “Controle”. Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As informações trimestrais de 30 de setembro de 2020 do Banco, estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº. 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do Bacen. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente, bem como, adoção das novas nomenclaturas.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 12 de novembro de 2020, as informações trimestrais - ITR foram concluídas pela Administração aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir dessa data.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

As informações trimestrais - ITR do Banco refletem os ativos, os passivos, as receitas e as despesas do Banco e o fundo de investimento exclusivo em que o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios (destacado no item iii).

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e as suas subsidiárias, são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

(i) Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle integral, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. O Banco detinha controle integral das empresas 4UM DTVM Ltda. (anteriormente denominada J.Malucelli DTVM Ltda.) e 4UM Gestão de Recursos Ltda (anteriormente denominada J. Malucelli Gestão de Recursos Ltda.) até o dia 27 de dezembro de 2019, data em que formalizou a venda de 100% das ações.

(ii) Empreendimentos em conjunto (joint ventures)

Uma joint venture é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	30/09/2020		31/12/2019	
		Método de reconhecimento	Participação total - %	Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País					
Junto Holding Brasil S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50

- (a) A Junto Holding Brasil S.A. (Antiga J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados e o Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas

ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

- (b) Junto Latam S.A. (Antiga J. Malucelli LATAM S.A.) é uma holding dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.

As empresas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os procedimentos adotados na avaliação desses investimentos estão detalhados na nota explicativa 8.

(iii) Fundo de Investimento em Direitos Créditos (FIDC)

Em março de 2019 o Banco vendeu parte de sua carteira de crédito ao FIDC Paraná Banco III (“FIDC”) como um instrumento de captação de recursos. Este FIDC compra exclusivamente operações de crédito do Banco. Por sua vez o Banco detém 100% de suas quotas subordinadas. Não há coobrigação, porém há assunção dos riscos e benefícios. Este FIDC passou a ser consolidado a partir dessa data. As operações de crédito cedidas ao FIDC e os demais ativos do FIDC são legalmente segregadas dos ativos e passivos dos demais componentes do Grupo. Esses ativos só podem ser utilizados para liquidar os passivos do FIDC. Havendo resgate ou liquidação das cotas subordinadas estas são pagas através de liquidação financeira semestralmente.

O FIDC apresenta a seguinte situação patrimonial em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo	205.659	241.488
Disponibilidade	1	2
Aplicações em cotas de fundos de investimento	26.221	52.344
Direitos creditórios (iii.1)	179.437	189.142
Passivo	85.761	66.119
Outras obrigações	85.761	66.119
Patrimônio Líquido	119.897	175.369
Quotas seniores	100.324	143.164
Quotas subordinadas	19.573	32.205

(iii.1) Carteira de crédito consignada cedida ao longo do exercício pelo Paraná Banco S.A. ao FIDC, obedecendo os aspectos determinados no regulamento do fundo.

b. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

d. Caixas e equivalentes a caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes de caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Instrumentos financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

(iv) *Títulos disponíveis para a venda*

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(v) *Títulos mantidos até o vencimento*

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das informações trimestrais.

(vi) *Títulos para negociação*

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(vii) *Instrumentos Financeiros Derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

- **Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como “hedge” de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

f. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento (“Crédito Consignado”) são classificadas levando em consideração o *status* individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que se encontra(m) em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independentemente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

h. Investimentos em participações, em coligadas e controladas

Nas informações trimestrais individuais e consolidadas, os investimentos em sociedades coligadas e controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

Nas informações trimestrais consolidadas, os investimentos em sociedades coligadas e controladas em conjunto são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

j. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e demais impostos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020 considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados a 30% do lucro real.

A Emenda constitucional nº 103/19, alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para bancos, elevando-a de 15% para 20% a partir de março de 2020.

Este aumento da alíquota impactou também os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias existentes nos tributos diferidos a partir de novembro de 2019.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Circular nº 3.959/19 do Bacen e alterações advindas da Resolução nº. 4.720/19 do CMN).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Aliquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%

COFINS	4%
ISS	5%

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações Legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas informações trimestrais.

m. Lucro por ação

A instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circularização, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação nº 636/10 da CVM.

4 Caixa e equivalentes a caixa

Referem-se a disponibilidades e operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Disponibilidades	469	726	469	728
Operações compromissadas - Posição bancada	1.565.699	900.056	1.565.699	900.056
Letras do Tesouro Nacional	465.699	850.057	465.699	850.057
Notas do Tesouro Nacional - B	1.100.000	49.999	1.100.000	49.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	201	303	201	303
Total	1.566.369	901.085	1.566.369	901.087

5 Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, conforme segue demonstrado abaixo:

30 de setembro de 2020	Banco					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
Mantidos até o Vencimento						
Carteira própria						
NTN-B	-	-	-	275.006	275.006	287.540
LFT (a.1)	-	53.039	-	450.416	503.455	501.514
Vinculados a prestação de garantia						
LFT (a.1)	-	-	-	66.394	66.394	66.394
Mantidos para negociação (a.3)						
Carteira própria						
Fundos (a.2)	63.083	-	-	-	63.083	63.083
Títulos de capitalização						
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649
Vinculados a compromisso de recompra						
LFT	-	5.011	-	5.011	5.011	5.011
Total	63.717	58.050	-	791.816	913.583	923.721

31 de dezembro de 2019	Banco					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
Mantidos para Vencimento						
Carteira própria						
NTN-B	-	-	-	18.311	18.311	19.719
Vinculados a prestação de garantia						
NTN-B	-	-	-	33.863	33.863	36.465
LFT (a.1)	-	-	-	1.256	1.256	1.256
Mantidos para negociação (a.3)						
Carteira própria						
LFT (a.1)	-	-	-	284.503	284.503	284.510
Fundos (a.2)	75.044	-	-	-	75.044	75.044
Títulos de capitalização						
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649
Vinculados a compromisso de recompra						
LFT	-	-	-	130.592	130.592	130.592
Total	75.044	-	-	468.525	544.218	548.235

30 de setembro de 2020	Consolidado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
Mantidos até o Vencimento						
Carteira própria						
NTN-B	-	-	-	275.006	275.006	287.540
LFT	-	53.039	-	450.416	503.455	501.515
Vinculados a prestação de garantia						
LFT (a.1)	-	-	-	66.394	66.394	65.939
Mantidos para negociação (a.3)						
Carteira própria						
Fundos (a.2)	69.731	-	-	-	69.731	69.731
Títulos de capitalização						
Títulos de capitalização	634	-	-	-	634	634
Vinculados a compromisso de recompra						
LFT	-	5.011	-	-	5.011	5.011
Total	70.365	58.050	-	791.816	920.231	930.370

31 de dezembro de 2019	Consolidado					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil	Valor mercado
Mantidos para Vencimento						
Carteira própria						
NTN-B	-	-	-	18.311	18.311	19.719
Vinculados a prestação de garantia						
NTN-B	-	-	-	33.863	33.863	36.465
LFT (a.1)	-	-	-	1.256	1.256	1.256
Mantidos para negociação (a.3)						
Carteira própria						
LFT (a.1)	-	-	-	284.503	284.503	284.510
Fundos (a.2)	95.184	-	-	-	95.184	95.184
Títulos de capitalização						
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649
Vinculados a compromisso de recompra						
LFT	-	-	-	130.592	130.592	130.592
Total	95.833	-	-	468.525	564.358	568.375

- (a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- (a.2) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. No balanço individual, inclui cotas subordinadas do FIDC Paraná Banco III no montante de R\$ 19.573 em 30 de setembro de 2020 (32.204 em 31 de dezembro de 2019).
- (a.3) Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

b. Instrumentos financeiros derivativos (Banco e Consolidado)

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de "hedge" de fluxo de caixa.

Os objetos de "hedge" são letras financeiras e certificados de depósitos bancários inicialmente designados como depósitos de clientes e recursos de emissão de títulos.

A estratégia de "hedge" visa proteger contra as oscilações da curva de juros por meio de contratos futuros de DI..

A efetividade verificada na carteira "hedge" encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento / Operação	30/09/2020	31/12/2019
Instrumento de "hedge"	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge"	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de "hedge" (notional)	(3.458.397)	(2.707.295)
Valor do objeto de "hedge" (notional)	3.447.425	2.567.542
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	12.762	(6.490)
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	(12.721)	6.155
Taxa de efetividade	99,68%	94,84%

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	<u>Ativo (a)</u>				<u>Passivo (a)</u>			
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/09/20	Total 31/12/19	Circulante	Longo Prazo	Total 30/09/20	Total 31/12/19
Futuros de DI	-	-	-	23	8.071	-	8.071	2.035
Total	-	-	-	23	8.071	-	8.071	2.035

- (a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “outros créditos” e “outras obrigações”. Todas as operações de derivativos registradas no período findo em 30 de setembro de 2020 estão designadas integralmente para o hedge.

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de crédito

	<u>Banco/ Consolidado</u>	
	30/09/20	31/12/19
Conta garantida	750	2.482
Capital de giro	11.696	19.686
Crédito pessoal parcelado (a.1)	5.125.628	3.474.684
Operações de crédito vinculadas a cessão (a.2)	172.820	192.907
Crédito imobiliário	22.097	25.888
Finame	-	167
Total	5.332.991	3.715.814

- (a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.
- (a.2) Refere-se a operações de crédito consignado cedidas ao FIDC Paraná Banco III com retenção substancial de riscos e benefícios de acordo com a Resolução n.º 3.533 do Conselho Monetário Nacional.

b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

	Banco/Consolidado					30/09/20	31/12/19
	Parcelas a vencer						
	Parcelas vencidas a partir de 15 dias (b.1)	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Indústria	-	-	372	-	-	372	2.743
Comércio	183	7	20	22	-	232	681
Serviços	4.886	787	1.674	4.397	12	11.756	18.940
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-
Pessoa física	325.139	331.466	969.996	1.877.179	1.816.761	5.320.541	3.693.450
Total - 30/09/20	330.208	332.260	972.062	1.881.598	1.816.863	5.332.991	-
Total - 31/12/19	183.059	286.381	763.955	1.391.552	1.090.867	-	3.715.814

(b.1) Classificada no Ativo Circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total das parcelas em atraso.

c. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco

Nível	Situação	Banco/Consolidado					31/12/2019	
		Atraso em dias	% de provisão	30/09/2020		Provisão Adicional (c.2)	Total geral	Provisão requerida
				Total geral	Provisão requerida			
A	Normal	(c.1)	0,50	4.751.295	23.751	-	3.456.198	17.281
B	Normal	-	-	17.584	176	-	10.150	102
	Vencido	De 15 a 30	1,00	102.533	1.025	-	55.055	551
C	Normal	-	-	193.847	5.815	-	4.000	120
	Vencido	De 31 a 60	3,00	95.028	2.851	-	30.296	909
D	Normal	-	-	4.253	425	-	3.006	301
	Vencido	De 61 a 90	10,00	25.278	2.528	-	19.071	1.907
E	Normal	-	-	8.516	2.555	-	11.319	3.396
	Vencido	De 91 a 120	30,00	19.869	5.961	-	16.173	4.852
F	Normal	-	-	18.623	9.312	-	1.172	586
	Vencido	De 121 a 150	50,00	17.782	8.891	-	7.772	3.887
G	Normal	-	-	876	613	77	44.536	44.080
	Vencido	De 151 a 180	70,00	17.566	12.296	94	23.398	20.791
H	Normal	-	-	7.194	7.194	-	2.374	2.374
	Vencido	Acima de 180	100,00	52.747	52.747	-	31.294	31.294
Total geral				5.332.991	136.140	171	3.715.814	132.431

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

(c.2) A provisão adicional foi constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente. A provisão adicional por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Banco/Consolidado	
	30/09/20	31/12/19
Saldo inicial	132.431	196.514
Constituição (líquida de reversões)	90.368	24.823
Baixas	(86.488)	(88.906)
Saldo final	136.311	132.431
Recuperação de créditos baixados	18.082	32.979

e. Concentração de créditos

	Banco/Consolidado	
	30/09/20	31/12/19
Dez maiores devedores	16.198	24.188
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,30%	0,65%
Cinquenta maiores devedores seguintes	20.540	20.353
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,39%	0,55%

f. Créditos renegociados e refinanciados

O volume dos créditos refinanciados e renegociados no semestre findo em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 1.883.528 (R\$ 2.323.093 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 367.836 de renegociados (R\$ 1.304.450 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 1.515.692 de refinanciados (R\$ 1.018.179 em 31 de dezembro de 2019). O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, são considerados renegociados os contratos que apresentam atrasos ou deterioração na situação do devedor.

g. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de setembro de 2020 foram realizadas cessões de crédito no montante de R\$ 161.988 (R\$ 457.953 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) da carteira de crédito consignado, com retenção substancial de riscos ao FIDC Paraná Banco III. O saldo dos créditos vinculados a cessão em 30 de setembro de 2020, totalizou R\$ 172.820 (R\$ 192.907 em 31 de dezembro de 2019).

7 Outros créditos

a. Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social antecipados	24.540	29.189	24.540	29.189
Créditos de convênios (b)	2.962	1.504	2.962	1.504
Adiantamentos diversos (a)	8.310	3.226	8.310	3.225
Devedores diversos - outras instituições	12.637	13.412	12.637	13.412
Total	48.449	47.331	48.449	47.331
Realizável a longo prazo				
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Impostos a recuperar	8.379	-	8.379	-
Depósitos judiciais	-	6.016	-	6.016
Cessão de créditos (c)	77.568	65.938	-	-
Total	85.947	71.954	8.379	6.016

- (a) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (b) O saldo refere-se a créditos com características de concessão de crédito referente a repasses de convênios.
- (c) Refere-se a parcelas de contratos cedidos ao FIDC com vencimento superior ao vencimento do Fundo. Considerando a obrigatoriedade da cessão integral do contrato de crédito consignado, tais parcelas são registradas como “Ativos a Receber” no balanço do Banco e em contrapartida como “Passivos a Pagar” no balanço do FIDC. Para a cessão destas parcelas não há movimentação financeira entre o Banco e o FIDC.

8 Investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto no País

	30/09/2020			31/12/2019
	Junto Holding Brasil S.A (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	CERTA Central de Registro de Ativos S.A (c)	Total
Informações sobre as empresas				
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	30.000	-
Patrimônio líquido	529.647	40.570	17.908	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	13.841	(1.165)	(6.566)	-
Informações sobre os investimentos				
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	1.491	-
Percentual de participação	50,50%	50,50%	4,97%	-

Valor da movimentação das contas					
Saldos iniciais	499.118	18.254	765	518.137	623.043
Dividendos recebidos referentes ao exercício anterior	(24.499)	-	-	(24.499)	-
Dividendos a receber referentes ao exercício vigente	-	-	-	-	(150.658)
Aumento de capital	-	-	522	522	328
Redução de capital	(202.000)	-	-	(202.000)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.799)	2.177	-	(1.622)	254
Resultado de equivalência patrimonial	5.460	(532)	-	4.928	45.170
Saldo das participações	<u>274.280</u>	<u>19.899</u>	<u>1.287</u>	<u>295.466</u>	<u>518.137</u>

- (a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. e Junto Seguros S.A.
- (b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding (controlada em conjunto) dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.
- (c) CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. participação adquirida em 8 de agosto de 2018, tem como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes a mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

9 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos

Segue a composição por prazo de vencimento:

Banco e Consolidado

Vencimento	À vista (a)		Interfinanceiros		A prazo (b) (c)	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Sem vencimento	8.674	5.980	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	206.246	331.423	783.275	430.549
De 91 a 360 dias	-	-	160.518	-	608.125	761.564
Acima de 360 dias	-	-	-	-	2.179.202	462.877
Total	<u>8.674</u>	<u>5.980</u>	<u>366.764</u>	<u>331.423</u>	<u>3.570.602</u>	<u>1.654.990</u>

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de setembro de 2020, o saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012 é de R\$ 966.515 (R\$ 112.034 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 321.069 (R\$ 273.755 em dezembro de 2019).

b. Captações no mercado aberto (Banco e Consolidado)

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Recompras a liquidar - carteira própria				
LFT	5.011	130.341	5.011	130.341
Total	5.011	130.341	5.011	130.341

c. Recursos de aceites e emissão de títulos (Banco e Consolidado)

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/09/20		31/12/19	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de LCI	11.370	4	11.374	18.967
Obrigações por emissão de Letra Financeira	1.747.617	1.105.095	2.852.712	2.144.042
Total	1.758.987	1.105.099	2.864.086	2.163.009

10 Outras obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Circulante				
Cessão com retenção de riscos (a)	59.667	3.622	59.667	3.622
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	19.173	11.890	19.210	11.890
Credores diversos - País (b)	16.829	30.073	16.829	30.073
Provisão - tarifas	3.314	320	3.314	320
Outros	-	2.992	11	3.172
Total	98.983	48.897	99.031	49.077

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Exigível a longo prazo				
Cessão com retenção de riscos (a)	112.062	174.508	41.092	128.532
Provisão para contingências cíveis	3.042	3.188	3.042	3.188
Provisão para contingências tributárias	1.222	1.207	1.222	1.207
Provisão para contingências trabalhistas	6.706	7.875	6.706	7.875
Total	123.032	186.778	52.062	140.802

- (a) Refere-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial de riscos, estes valores estão alocados exclusivamente no FIDC Paraná Banco III conforme abertura na NE 3.a. III.
- (b) Refere-se a valores repassados pelos convênios e pagos pelos clientes, referente operações de empréstimos, cuja identificação e baixa da operação ocorreram no mês subsequente ao da data-base.

11 Provisões (Banco e Consolidado)

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Cíveis	3.042	3.188	3.042	3.188
Trabalhistas	6.705	7.875	6.705	7.875
Tributárias	1.222	1.207	1.222	1.207
Total	10.969	12.270	10.969	12.270

b. Movimentação das provisões

2020					
Banco e Consolidado	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ Atualização Monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 30 de setembro
Cíveis	3.188	3.396	(2.194)	(1.348)	3.042
Trabalhistas	7.876	2.104	(1.686)	(1.589)	6.705
Tributárias	1.207	15	-	-	1.222
Total - Banco	12.271	5.515	(3.880)	(2.937)	10.969
2019					
Banco e Consolidado	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/ Atualização Monetária	Reversão	Pagamento	Saldos em 31 de dezembro
Cíveis	4.074	4.927	(3.159)	(2.654)	3.188
Trabalhistas	11.449	8.742	(2.713)	(9.603)	7.875
Tributárias	1.169	38	-	-	1.207
Total - Banco	16.692	13.707	(5.872)	(12.257)	12.270

c. Contingências ativas e passivas

c.1 Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

Em 30 de setembro de 2020, o Banco possui contingências tributárias avaliadas por nossos assessores jurídicos como risco de perda provável no montante original da causa e respectiva provisão no valor de R\$ 1.222 (R\$ 1.207 em 31 de dezembro 2019). A matéria discutida é a seguinte:

- **INSS SAT:** ação judicial referente ao recolhimento do Seguro Acidente do trabalho recolhida com alíquota diferente da legislação no período de junho de 2007 a novembro de 2009.

d. Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciárias e Cíveis, classificados como Risco de Perda Possível

d.1 Cíveis

Em 30 de setembro de 2020, o Banco possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$ 447 (R\$ 273 em 31 de dezembro de 2019).

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Resultado antes da tributação sobre o lucro (após as participações e com exclusão da JSCP)	28.109	309.783	28.109	311.819
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes (i)	(12.649)	(123.913)	(12.649)	(124.728)
Exclusões (adições) permanentes	9.414	62.390	9.414	61.170
Participações em controladas	2.069	19.337	2.069	19.337
Juros sobre o capital próprio	7.116	32.406	7.116	32.406
Outras	229	10.647	229	9.427
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	(3.235)	(61.523)	(3.235)	(63.558)

- (i) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social para as empresas financeiras e equiparadas a partir de janeiro de 2019 até 29 de fevereiro de 2020, e de 20% a partir de 01 de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/19.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
Impostos diferidos - Constituição no período, sobre adições temporárias	42.579	(2.477)	42.579	(2.477)
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	(45.814)	(59.046)	(45.814)	(61.081)
Total	(3.235)	(61.523)	(3.235)	(63.558)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Banco/Consolidado		
	2020		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição / (realização)	Saldos em 30 de setembro
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo			
Sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa	72.585	10.535	83.120
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.422	(1.925)	5.497
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	191	75	266
Sobre ajuste de hedge accounting	41.820	28.147	69.967
	<u>122.019</u>	<u>36.831</u>	<u>158.850</u>

Descrição	Banco/Consolidado		
	2019		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição / (realização)	Saldos em 31 de dezembro
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo			
Sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa	91.609	(19.024)	72.585
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	6.444	978	7.422
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	128	64	191
Sobre ajuste de hedge accounting	20.820	21.000	41.821
	<u>119.001</u>	<u>3.018</u>	<u>122.019</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	<u>5</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>
	<u>5</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até cinco anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2019.

A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 158.850 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 108.096 em 31 de dezembro 2019).

e. Créditos tributários não registrados (Banco e Consolidado)

O Banco e as suas subsidiárias não possuem créditos tributários não registrados nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro 2019.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 1.647.843 (41.196.081 em 31 de dezembro 2019) de ações ordinárias nominativas e 1.609.921 (40.248.014 em 31 de dezembro 2019) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o Banco não possuía ações em tesouraria.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco e das suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 18 de maio de 2020 foram ratificadas os dividendos intermediários, declarados do lucro de 2019, da seguinte forma: deduzidos da reserva de retenção de lucros, R\$ 199.999, pagos em 18 de julho de 2019; e R\$ 94.800, pagos em 08 de novembro de 2019. Considerando a regulamentação vigente à época da AGO e com o suporte dos assessores jurídicos do Banco, foi deliberada a distribuição de dividendo adicional referente aos resultados de 2019, no montante de R\$ 56.383, cujo valor de R\$ 56.383 foi pago até 30 de setembro de 2020.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das informações trimestrais, consoante o artigo 2º da Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil.

30/09/2020

	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	5.420	813	4.607
Juros sobre o Capital Próprio (2)	5.024	754	4.270
Juros sobre o Capital Próprio (3)	5.370	805	4.565
Total	15.814	2.372	13.442

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de fevereiro de 2020 e pago em 7 de fevereiro de 2020.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020 e pago em 28 de fevereiro de 2020.
- (3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2020 e pago em 30 de março de 2020.

31/12/2019

	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	8.269	1.240	7.029
Juros sobre o Capital Próprio (2)	7.327	1.099	6.228
Juros sobre o Capital Próprio (3)	8.113	1.217	6.896
Juros sobre o Capital Próprio (4)	6.991	1.049	5.942
Juros sobre o Capital Próprio (5)	7.224	1.084	6.140
Juros sobre o Capital Próprio (6)	6.991	1.049	5.942
Juros sobre o Capital Próprio (7)	6.866	1.030	5.836
Juros sobre o Capital Próprio (8)	6.866	1.030	5.836
Juros sobre o Capital Próprio (9)	6.645	997	5.648
Juros sobre o Capital Próprio (10)	6.066	910	5.156
Juros sobre o Capital Próprio (11)	5.853	878	4.975
Juros sobre o Capital Próprio (12)	3.803	571	3.233
Total	81.014	12.154	68.861

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2019 e pago em 8 de fevereiro de 2019
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2019 e pago em 20 de fevereiro de 2019.
- (3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de março de 2019 e pago em 8 de março de 2019.
- (4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de abril de 2019 e pago em 3 de abril de 2019.
- (5) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2019 e pago em 3 de maio de 2019.
- (6) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2019 e pago em 5 de junho de 2019.
- (7) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 2 de Julho de 2019.
- (8) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 5 de Agosto de 2019.
- (9) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 4 de Setembro de 2019.

- (10) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 3 de Outubro de 2019.
- (11) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 1 de Novembro de 2019.
- (12) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de Maio de 2019 e pago em 02 de Dezembro de 2019.

14 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Banco

Descrição	30/09/20		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(1.950)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(213.120)	-	(1.033)
Letra financeiras	(116.949)	-	(693)
Remuneração da Administração (a)	-	-	(1.409)
Dividendos pagos	-	(56.383)	-
Serviços da tecnologia da informação	-	-	(8.020)
Serviços Prestados	-	-	68
Descrição	31/12/19		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(2.068)	-	-
Depósitos a prazo (a)	(157.916)	-	9.996
Letras financeiras (a)	(62.447)	-	9.588
Remuneração da Administração (b)	-	-	(4.482)
Propaganda e Publicidade	-	-	(13)
Juros sobre o capital próprio	-	(81.014)	-
Dividendos pagos	-	(329.099)	-
Serviços da tecnologia da informação (c)	-	-	(23.745)

Consolidado

Descrição	30/09/20		
	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(1.950)	-	-
Depósitos a prazo (a)	(213.120)	-	(1.033)
Letra financeiras (a)	(116.949)	-	(693)
Remuneração da Administração (b)	-	-	(1.409)
Juros sobre o capital próprio	-	(56.383)	-
Dividendos pagos	-	-	(8.020)

Serviços da tecnologia da informação (c) - - 68

31/12/19

Descrição	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Depósitos à vista	(2.068)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(157.916)	-	(9.996)
Carteira própria (b)	-	-	469
Letras financeiras (b)	(62.447)	-	(9.588)
Remuneração da Administração (a)	-	-	4.482
Aluguel	-	-	(148)
Propaganda e Publicidade	-	-	(13)
Juros sobre o capital próprio	-	(81.014)	-
Dividendos pagos	-	(329.099)	-
Serviços da tecnologia da informação (c)	-	-	(23.745)

- (a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.
- (b) Refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração.
- (c) Operações efetuadas a valores de mercado, prestação de serviços de tecnologia da informação.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- 4UM Gestão de Recursos Ltda; 4UM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Junto Seguros S.A., Junto Resseguros S.A., Junto Holding Brasil S.A., Junto Holding Latam S.A., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a J Malucelli Construtoras de Obras, a J Malucelli Energia, a J Malucelli Rental, a J Malucelli Equipamentos, a J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S/A., a Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., a Invest Bens Administradora de Bens, a J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos, a J Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações.

15 Outras despesas administrativas

	Banco				Consolidado			
	3º trimestre de 2020	Acumulado de 9 meses em setembro de 2020	3º trimestre de 2019	Setembro de 2019	3º trimestre de 2020	Acumulado de 9 meses em setembro de 2020	3º trimestre de 2019	Setembro de 2019
Comissões e corretagens (a)	(18.068)	(49.003)	(13.369)	(35.769)	(18.068)	(49.003)	(13.369)	(35.769)
Serviços técnicos especializados (d)	(42.484)	(80.977)	(14.842)	(40.880)	(42.484)	(80.977)	(14.961)	(40.999)
Processamento de dados	(10.882)	(29.165)	(5.586)	(16.725)	(10.882)	(29.165)	(5.665)	(16.804)
Propaganda e publicidade	(13.443)	(33.953)	(7.980)	(14.057)	(13.443)	(33.953)	(7.991)	(14.068)
Serviços gráficos	(298)	(930)	(286)	(1.455)	(298)	(930)	(286)	(1.455)
Despesas do sistema financeiro	(10.810)	(26.040)	(1.179)	(3.037)	(11.354)	(26.584)	(1.240)	(3.098)
Despesas com comunicações	(2.102)	(6.213)	(779)	(1.478)	(2.102)	(6.213)	(788)	(2.010)
Despesas com transportes	(132)	(338)	(123)	(2.001)	(132)	(338)	(124)	(422)
Despesas com aluguel	(963)	(3.072)	(866)	(2.556)	(963)	(3.072)	(920)	(2.610)
Promoções e relações públicas	(71)	(872)	(280)	(380)	(71)	(872)	(297)	(397)
Manutenção e conservação de bens	(565)	(2.711)	(633)	(2.209)	(565)	(2.711)	(648)	(2.224)
Material expediente	(27)	(95)	(60)	(158)	(27)	(95)	(73)	(171)
Despesas com publicações	(46)	(110)	(54)	(121)	(46)	(110)	(81)	(148)
Despesas com tarifas de convênios (b)	(4.017)	(8.587)	(2.053)	(4.141)	(4.017)	(8.587)	(2.053)	(4.141)
Despesas com viagens	(12)	(463)	(441)	(1.197)	(12)	(463)	(492)	(1.248)
Despesas com portabilidade	(18.691)	(54.752)	(920)	(1.389)	(18.691)	(54.752)	(920)	(1.389)
Outras (c)	(2.938)	(7.222)	(1.808)	(4.122)	(2.938)	(7.222)	(1.841)	(4.55)
Total	(125.549)	(304.533)	(51.259)	(130.618)	(126.092)	(305.076)	(51.751)	(131.108)

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
- (b) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por gerenciar a carteira de empréstimos consignados.
- (c) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (d) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de call-center, auditoria externa e assessoria técnica.

16 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco				Consolidado			
	3º trimestre de 2020	Setembro de 2020	3º trimestre de 2019	Setembro de 2019	3º trimestre de 2020	Setembro de 2020	3º trimestre de 2019	Setembro de 2019
Outras receitas								
Lucros na alienação de valores e bens	4	20	10	30	4	20	10	30
Reversão de provisão cível e trabalhista	1.140	3.880	1.547	4.670	1.140	3.880	1.547	4.670
Reversão de outras provisões	-	1.861	-	-	-	1.861	-	-
Atualização monetária de depósito judicial	-	2	5	13	-	2	5	14
Outras	411	631	-	21	411	631	-	21
Total	1.555	6.394	1.562	4.734	1.555	6.394	1.562	4.735
Outras despesas								
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(2.286)	(5.848)	(3.730)	(13.282)	(2.286)	(5.848)	(3.730)	(13.295)
Atualização de cessão de crédito liqui. antec.	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	(250)	(200)	(400)	-	(250)	(200)	(400)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(16)	(902)	(6)	(9)	(16)	(902)	(6)	(168)
Outros	(136)	(222)	(5)	(30)	(136)	(222)	(5)	(30)
Total	(2.438)	(7.222)	(3.941)	(13.721)	(2.438)	(7.222)	(3.941)	(13.893)

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 10. No quadro abaixo seguem os valores de mercado para as operações de crédito e para os depósitos a prazo, visto que os demais instrumentos financeiros anteriormente citados já estão sendo apresentados a valor de mercado:

	Banco/Consolidado					
	30/09/20			31/12/19		
	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado
Operações de crédito (Nota 6)	5.332.991	5.830.681	497.690	3.715.814	4.191.386	475.597
Depósitos a prazo (Nota 10)	3.570.602	3.664.152	(93.550)	1.654.990	1.654.084	906

Os valores de mercado foram calculados mediante desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas de operações de crédito praticadas no mercado na data do balanço. As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da análise de crédito criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de seus produtos (pulverização do risco).

O Banco possui, ainda, a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 136.311 (R\$ 132.431 em 31 de dezembro de 2019), para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada. A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

Sensibilidades

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

Análise de cenário (teste de estresse)

É um requerimento das Autoridades Reguladoras. Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo.

Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira do Banco para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo-padrão de VaR não consegue prever.

Os cenários de estresse são estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Capital com o Departamento de Planejamento Financeiro e são revisados anualmente.

Caso haja necessidade de reavaliação, em face das alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital.

Value at Risk

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Economic Value Equity (EVE)

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Economic Value Equity (EVE), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de impactos econômicos, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar o valor presente dos fluxos.
2. Apurar o *duration* do ativo e do passivo por indexador.

3. Determinar a média ponderada baseada nas taxas históricas dos últimos quatro anos.
4. Calcular o impacto no ativo e no passivo, tendo como base a variação nas taxas de juros; e calcular a exposição através da metodologia EVE.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

Backtesting

O Backtesting é um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pelo Banco, sendo, também, um requerimento da Autoridade Reguladora.

Consiste na análise da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

- **Carteira de trading** Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

- **Carteira de banking** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book (R\$ milhares):

	30/09/20	31/12/19
RWAjur1	77	71
(1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen nº 3.634/13).		

Banking Book:

	30/09/20	31/12/19
Rban - prefixado	230.055	118.351
Rban - IPCA	-	2.821
Rban - IGPM	7.246	8.670
Rban - CDI	-	-
Rban - Selic	-	-

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de *hedge* (Quadro de análise de sensibilidade - Banco e Consolidado)

A Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que inclui a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela nossa Administração. A referida Instrução também determinou os percentuais de deterioração aos quais a Administração deve considerar na avaliação dos cenários. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas e no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2020, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 1,9190 e 1,8810 (4,4440 e 4,3560 em 31/12/2019).
- Cenário II: Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2020, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 2,3750 e 1,4250 (5,5000 e 3,3000 em 31/12/2019).
- Cenário III: Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais, tanto de crescimento quanto de queda nos preços de moedas no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2020, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 2,8500 e 0,9500 (6,600 e 2,2000 em 2019).

Em 30 de setembro de 2020

Cenário de alta na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	Valorização		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.565.899	1,90	298	7.438	14.876
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	920.231	1,90	175	4.371	8.742
Depósitos a prazo	Índice DI	3.570.602	1,90	(678)	(16.960)	(33.921)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	366.764	1,90	(70)	(1.742)	(3.484)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.864.086	1,90	(544)	(13.604)	(27.209)
Efeito líquido				<u>(819)</u>	<u>(20.497)</u>	<u>(40.996)</u>

Cenário de baixa na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	Deterioração		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.565.899	1,90	(298)	(7.438)	(14.876)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	920.231	1,90	(175)	(4.371)	(8.742)
Depósitos a prazo	Índice DI	3.570.602	1,90	678	16.960	33.921
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	366.764	1,90	70	1.742	3.484
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.864.086	1,90	544	13.604	27.209
Efeito líquido				<u>819</u>	<u>20.497</u>	<u>40.996</u>

Em 31 de dezembro de 2019

Cenário de alta na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	Valorização		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	900.359	4,40	396	9.904	19.808
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	468.547	4,40	206	5.154	10.308
Depósitos a prazo	Índice DI	1.654.990	4,40	(728)	(18.204)	(36.410)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	331.423	4,40	(146)	(3.646)	(7.291)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.132.767	4,40	(938)	(23.460)	(46.921)
Efeito líquido		-		<u>(1.210)</u>	<u>(30.252)</u>	<u>(60.506)</u>

Cenário de baixa na taxa DI

Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	Deterioração		
				I	II	III
				1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	900.359	4,40	(396)	(9.904)	(19.808)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	468.547	4,40	(206)	(5.154)	(10.308)
Operações de crédito	Índice DI	-	4,40	(-)	(-)	(-)
Depósitos a prazo	Índice DI	1.654.990	4,40	728	18.205	36.409
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	331.423	4,40	146	3.646	7.291
Letras financeiras e LCI	Índice DI	2.132.767	4,40	938	23.460	46.921
Efeito líquido				<u>1.210</u>	<u>30.252</u>	<u>60.506</u>

18 Outras informações

- (a) O Banco mantém patrimônio de referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/94 e das normas posteriores. Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio de referência ajustado representava 26,22%, superior, portanto, ao mínimo de 9,25% estabelecido pelas Resoluções nº 4.192/13, 4.193/13 e 4.783/20 do Conselho Monetário Nacional (20,60% em 31 de dezembro de 2019) ativos ponderados por risco.
- (b) Não havia avais e as fianças concedidos pelo Banco no período findo em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.
- (c) O Banco é patrocinador de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no exercício findo em 30 de setembro de 2020, totalizaram R\$ 150 no Banco (R\$ 498 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado R\$ 150 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2019). As contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.
- (d) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa são compostos por:

	Banco		Consolidado	
	30/09/20	31/12/19	30/09/20	31/12/19
No início do exercício:				
Disponibilidades	726	529	728	559
Aplicações interfinanceiras de liquidez (d.1)	900.359	1.322.694	900.359	1.322.694
Total	901.085	1.323.223	901.087	1.323.253
No final do exercício:				
Disponibilidades	468	726	468	728
Aplicações interfinanceiras de liquidez (d.1)	1.565.899	900.359	1.565.899	900.359
Total	2.467.452	901.085	2.467.454	901.087

- (d.1) Referem-se a aplicações do Banco e de controladas em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

19 Eventos subsequentes

No dia 09 de novembro de 2020 foi realizada emissão de Letra Financeira no montante de 7.600.

20 Informações trimestrais consolidadas (Quadros)

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Consolidado, os Fluxos de Caixa Consolidado e o Valor Adicionado Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

Paraná Banco S.A
Informações Trimestrais - ITR
30 de setembro de 2020

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais consolidados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Passivo	Nota	Consolidado	
		2020	2019			2020	2019
Circulante		4.068.073	2.664.943	Circulante		4.028.626	2.706.801
Caixa e equivalentes a caixa	4	1.566.369	901.087	Depósitos e demais instrumentos financeiros		3.859.939	2.580.713
Instrumentos Financeiros	5	2.453.021	1.704.167	Depósitos	9.a	2.095.941	1.803.271
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.a	920.231	564.358	Depósitos à vista		8.674	5.980
Carteira própria	5.a	848.192	397.998	Depósitos interfinanceiros		366.764	331.423
Vinculados a compromisso de recompra	5.a	5.011	130.592	Depósitos a prazo		1.720.503	1.465.868
Vinculados a prestação de garantia	5.a	66.394	35.119	Captações no mercado aberto	9.b	5.011	130.341
Títulos de capitalização	5.a	634	649	Carteira própria		5.011	130.341
Relações Interfinanceiras		53	-	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.c	1.758.987	647.101
Pagamentos e recebimentos a liquidar		53	-	Obrigações por emissão de títulos		1.758.987	647.101
Operações de crédito	6	1.532.737	1.139.809	Obrigações por repasses no País		-	167
Operações de crédito - setor privado	6.a/b	1.613.529	1.212.040	Outras obrigações		168.687	125.921
Operações de crédito - vinculadas a cessão	6.a/b	21.067	21.355	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		33	1.124
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(101.859)	(93.586)	Sociais e estatutárias		2.814	9.520
Outros créditos		48.683	59.689	Fiscais e previdenciárias		58.738	64.165
Rendas a receber		234	11.253	Negociação e intermediação de valores	5.b	8.071	2.035
Negociação e intermediação de valores	5.b	-	23	Diversas	10	99.031	49.077
Diversos	7.a	48.449	49.287	Não circulante		3.007.260	1.845.832
Provisão para perdas outros créditos diversos		-	(874)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.955.198	1.705.030
Não circulante		4.147.985	3.109.458	Depósitos	9.a	1.850.099	189.122
Instrumentos Financeiros		3.663.943	2.443.574	Depósitos a prazo		1.850.099	189.122
Operações de crédito	6	3.663.943	2.443.574	Recursos de aceites e emissão de títulos	9.c	1.105.099	1.515.908
Operações de crédito - setor privado	6.a	3.546.642	2.325.815	Obrigações por emissão de títulos		1.105.099	1.515.908
Operações de crédito - vinculadas a cessão	6.a	151.753	156.604	Outras obrigações		52.062	140.802
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.c/d	(34.452)	(38.845)	Diversas	10	52.062	140.802
Outros créditos		8.379	6.016	Patrimônio líquido	13	1.180.172	1.221.768
Diversos	7.a	8.379	6.016	Capital social			
Créditos tributários	12.c	158.850	122.019	De domiciliados no País		768.359	768.359
Outros valores e bens		7.730	7.480	Reservas de lucros		438.000	485.323
Outros valores e bens		7.737	7.487	Outros resultados abrangentes		(26.187)	(31.914)
Provisão para desvalorizações		(7)	(7)				
Permanente		309.083	530.369				
Investimentos		295.524	518.196				
Investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto	8	295.466	518.137				
Outros investimentos		75	76				
Provisão para perdas		(17)	(17)				
Imobilizado de uso		13.559	12.173				
Imóveis de uso		1.954	1.867				
Outras imobilizações de uso		27.721	24.092				
Depreciação acumulada		(16.116)	(13.786)				
Total		8.216.058	5.774.401	Total		8.216.058	5.774.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

Acumulado findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Consolidado			
Nota	3° Tri 2020	9 Meses 2020	3° Tri 2019	9 Meses 2019	
	Receitas da intermediação financeira	<u>261.935</u>	<u>712.176</u>	<u>230.123</u>	<u>703.217</u>
	Operações de crédito	246.301	669.147	196.861	599.644
	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15.634	43.029	33.262	103.573
	Despesas da intermediação financeira	<u>(127.070)</u>	<u>(304.379)</u>	<u>(100.960)</u>	<u>(279.055)</u>
	Operações de captação no mercado	(77.665)	(214.011)	(95.352)	(266.341)
	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	11	195
	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.d (49.405)	(90.368)	(5.619)	(12.909)
	Resultado bruto da intermediação financeira	<u>134.865</u>	<u>407.797</u>	<u>129.163</u>	<u>424.162</u>
	Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(149.671)</u>	<u>(376.809)</u>	<u>(63.811)</u>	<u>(169.179)</u>
	Receitas de prestação de serviços	78	202	2.869	8.307
	Receitas de tarifas bancárias	58	154	62	207
	Despesas de pessoal	(17.216)	(48.750)	(14.600)	(40.673)
	Honorários da Administração	(1.409)	(3.882)	(1.430)	(4.261)
	Outras despesas administrativas	15 (125.549)	(304.533)	(51.751)	(132.733)
	Despesas tributárias	(8.511)	(23.769)	(6.707)	(21.767)
	Resultado de participação em coligadas e controladas	3.761	4.597	9.943	30.717
	Outras receitas operacionais	16 1.555	6.394	1.723	4.896
	Outras despesas operacionais	16 (2.438)	(7.222)	(3.920)	(13.872)
	Resultado operacional	<u>(14.806)</u>	<u>30.988</u>	<u>65.352</u>	<u>254.983</u>
	Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>(14.806)</u>	<u>30.988</u>	<u>65.352</u>	<u>254.983</u>
	Imposto de renda e contribuição social	<u>12 9.758</u>	<u>(3.235)</u>	<u>(6.266)</u>	<u>(61.828)</u>
	Imposto de renda - corrente	(7.656)	(25.099)	(3.765)	(27.830)
	Contribuição social - corrente	(6.319)	(20.715)	(2.491)	(17.374)
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.733	42.579	(10)	(16.624)
	Participação dos empregados e administradores nos lucros	<u>(2.879)</u>	<u>(2.879)</u>	<u>(2.422)</u>	<u>(2.422)</u>
	Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>(7.927)</u>	<u>24.874</u>	<u>56.664</u>	<u>190.733</u>
	Juros sobre o capital próprio	<u>13.d -</u>	<u>15.814</u>	<u>20.237</u>	<u>65.292</u>
	Quantidade de ações (em milhares)	<u>3.257.763</u>	<u>3.257.763</u>	<u>81.444</u>	<u>81.444</u>
	Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	<u>(0,00243)</u>	<u>0,00764</u>	<u>0,69574</u>	<u>2,34189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

Acumulado findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Banco / Consolidado			
	3° Tri 2020	9 Meses 2020	3° Tri 2019	9 Meses 2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.927)	24.874	56.664	190.733
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	42.868	(10.180)	(8.198)	7.242
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação em ORA	(1.291)	(1.291)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(19.291)	5.744	3.279	(2.897)
Resultado abrangente do período	14.359	19.147	51.745	195.078
Resultado abrangente total	14.359	19.147	51.745	195.078

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	768.359	93.468	553.707	(30.946)	-	1.384.588
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(4.345)	-	(4.345)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	190.733	190.733
Destinações						
Reserva legal	-	9.537	-	-	(9.537)	-
Dividendos	-	-	(199.999)	-	(26.295)	(226.294)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(65.292)	(65.292)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	89.609	-	(89.609)	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	768.359	103.005	443.317	(35.291)	-	1.279.390
Mutações do período	-	9.537	(110.390)	(4.345)	-	(105.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	768.359	105.881	379.442	(31.914)	-	1.221.768
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	5.727	-	5.727
Lucro líquido do período	-	-	-	-	24.874	24.874
Destinações						
Reserva legal	-	1.244	-	-	(1.244)	-
Dividendos	-	-	(56.383)	-	-	(56.383)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.814)	(15.814)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	7.816	-	(7.816)	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	768.359	107.125	330.875	(26.187)	-	1.180.172
Mutações do período	-	(1.244)	48.567	(5.727)	-	41.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		<u>Consolidado</u>	
		<u>9 meses de</u>	
Nota		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do período		<u>73.369</u>	<u>177.263</u>
	Lucro líquido do período	24.874	190.733
Ajustes ao lucro líquido:			
	Depreciações e amortizações	2.377	1.864
8	Resultado com investimentos em participações em coligadas e controladas em conjur	(3.306)	(30.718)
6	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	90.368	12.909
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.579)	16.624
	Provisão para passivos contingentes	1.635	8.761
	Instrumentos financeiros derivativos	-	(22.910)
Variações dos ativos e obrigações		<u>441.895</u>	<u>(282.917)</u>
(Aumento) redução de ativos			
	Títulos e valores mobiliários	(355.873)	(283.731)
	Relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(53)	(127)
	Operações de crédito	(1.703.665)	(189.180)
	Outros créditos	(5.548)	9.685
	Outros valores e bens	(250)	(2.309)
Aumento (redução) de passivos			
	Depósitos	1.963.257	(226.042)
	Captações no mercado aberto	(125.331)	92.248
	Recursos de aceites e emissão de títulos	701.077	264.443
	Obrigações por repasse no país	(167)	(4.958)
	Outras obrigações	22.844	123.277
	Imposto pago	(54.396)	(66.223)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais		515.264	(105.654)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
	Aquisição de investimentos	(521)	(246)
	Dividendos recebidos	24.499	149.546
	Alienação de imobilizado de uso	-	737
8	Redução de Capital	202.000	-
	Aquisição de imobilizado de uso	(3.763)	(3.636)
Disponibilidades líquidas geradas (utilizadas) nas atividades de investimentos		222.215	146.401
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
	Juros sobre o capital próprio	(15.814)	(87.020)
	Dividendos pagos	(56.383)	(226.295)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos		<u>(72.197)</u>	<u>(313.315)</u>
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>665.282</u>	<u>(272.568)</u>
	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.d 901.087	1.323.253
	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18.d 1.566.369	1.050.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	9 meses de	
	2020	2019
Receitas	<u>657.105</u>	<u>742.667</u>
Intermediação financeira	740.714	742.166
Prestação de serviços e tarifas bancárias	362	8.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.368)	(12.909)
Outras	<u>6.397</u>	<u>4.896</u>
Despesas de intermediação financeira	<u>(213.792)</u>	<u>(239.043)</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(335.072)</u>	<u>(207.581)</u>
Materiais, energia e outros	(11.021)	(6.240)
Serviços de terceiros	(286.750)	(120.681)
Outros	<u>(37.301)</u>	<u>(80.660)</u>
Valor adicionado bruto	<u>108.241</u>	<u>296.043</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(2.377)</u>	<u>(1.863)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>105.864</u>	<u>294.180</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>4.596</u>	<u>30.719</u>
Resultado de participação em controladas	<u>4.596</u>	<u>30.719</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>110.460</u>	<u>324.899</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>110.460</u>	<u>324.899</u>
Pessoal	<u>55.510</u>	<u>47.008</u>
Remuneração direta	35.925	30.257
Benefícios	9.043	9.045
F.G.T.S.	2.459	1.864
Outros	<u>8.083</u>	<u>5.842</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>27.003</u>	<u>84.439</u>
Federais	26.983	84.013
Municipais	<u>20</u>	<u>426</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>3.073</u>	<u>2.718</u>
Aluguel	3.073	2.718
Remuneração de capital próprio	<u>24.874</u>	<u>190.734</u>
Juros sobre o capital próprio	15.814	65.292
Dividendos	-	-
Lucros retidos	<u>9.060</u>	<u>125.442</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

André Luiz Malucelli – Diretor de Investimentos e Diretor Financeiro

Nile Mannrich – Diretora de Canais Físicos

Anilson Fieker Pedrozo – Diretor de Relação com Convênios

Marcelo Martins de Paula – Diretor de Estratégias

Varley Antonio Sarzi – Diretor de Originação

Paulo Corrêa Matta – Diretor de Tecnologia

Contador responsável

Hilário Mário Walesko - Controller

CRC-PR 29.585/O-9